

CARTOGRAFIA INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA¹

Enoque Gomes de Morais²

RESUMO

A Inclusão Escolar sendo obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino, e sendo o professor elo fundamental na efetivação do processo de ensino e aprendizagem frente a demandas de trabalho com estudantes cegos, uma vez que, neste contexto, aulas de Geografia quando inclusivas, exigem adequação nos recursos e nas formas como esses são mobilizados em sala de aula. Uma vez que no contexto escolar, em se tratando de inclusão de estudantes cegos, o emprego de recursos e metodologias adequados se fazem imprescindíveis. E a ausência de formação adequada, com emprego da Cartografia Tátil como recurso didático, pode dificultar ou até impossibilitar a efetiva Inclusão Escolar de estudantes cegos, quer seja na ausência de adequação dos produtos da cartografia ou em seus usos efetivos. Desse modo esta pesquisa objetivou compreender como tem ocorrido a formação de professores de Geografia, voltada à inclusão de estudantes cegos por meio da Cartografia Tátil, sobretudo após 2015 com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão. Para isso, avaliamos cursos de licenciaturas em Geografia dos estados de Goiás e Pará sob a ótica da atuação com estudantes cegos, por meio de análises nos Projetos Políticos Pedagógicos PPCs buscando a presença, da Cartografia Tátil na formação inicial enquanto conteúdo de disciplinas. E pudemos perceber que na maioria dos cursos analisados, tanto o preparo para atuação com estudantes cegos quanto abordagens com Cartografia Tátil se fazem ausentes, de modo que professores somente com a formação inicial, inviabilizariam a Inclusão Escolar, de estudantes cegos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Formação Docente, Cartografia Tátil, Cartografia Escolar

RESUMEN

A inclusión escolar es obligatoria en todos los niveles y modalidades de enseñanza, y el profesor es el eslabón fundamental en la efectividad del proceso de enseñanza y aprendizaje frente a las demandas de trabajo con estudiantes ciegos. En este contexto, las clases de Geografía, cuando son inclusivas, requieren ajustes en los recursos y en las formas en que se movilizan en el aula. Dado que, en el contexto escolar y en lo que respecta a la inclusión de estudiantes ciegos, el uso de recursos y metodologías adecuadas es imprescindible. La falta de una formación inicial adecuada, con el uso de la Cartografía Táctil como recurso didáctico, puede dificultar o incluso imposibilitar la inclusión efectiva de estudiantes ciegos en la escuela, ya sea por la falta de adecuación de los productos cartográficos o en su uso efectivo. Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo comprender cómo ha ocurrido la formación de profesores de Geografía, enfocada en la inclusión de estudiantes ciegos a través de la Cartografía Táctil, especialmente después de 2015 con la promulgación de la Ley Brasileña de Inclusión. Para ello, evaluamos los cursos de licenciatura en Geografía de los estados de Goiás y Pará desde la perspectiva del trabajo con estudiantes ciegos, mediante análisis de los Proyectos Político-Pedagógicos (PPCs) buscando la presencia de la Cartografía Táctil o su inclusión en la formación inicial como contenido de las disciplinas. Pudimos observar que en la mayoría de los cursos analizados, tanto la preparación para trabajar con estudiantes ciegos como las aproximaciones con la Cartografía Táctil están ausentes, de modo que los profesores únicamente con la formación inicial dificultarían la inclusión escolar de estudiantes ciegos.

¹ Esta pesquisa é parte da pesquisa que resultou na dissertação do autor no Programa de Pós Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, PPGeo-IESA/UFG.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás – PPGeo-IESA/UFG e Professor de Geografia no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Tucuruí, enoque.morais@ifpa.edu.br

Palabras clave: Inclusión Escolar, Formación Docente, Cartografía Táctil, Cartografía Escolar.

INTRODUÇÃO

Atualmente, segundo o INEP (2020), cada vez mais temos tido a presença de Pessoas com Deficiência-PcD nas escolas brasileiras e atribuímos isso de maneira especial à legislação vigente, com destaque a lei nº 13.146, conhecida como lei brasileira de inclusão-LBI, a qual prevê, entre outros, a adequação do sistema educacional escolar na recepção e atendimento a este público.

De tal modo que em seu Art. 27, a LBI estabelece que toda PcD tem direito, dentre outras demandas, a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis (BRASIL, 2015), devendo então o ambiente escolar estar previamente adequado, ou adequar-se, de acordo com as demandas apresentadas em suas diferentes especificidades.

Cabendo desse modo à escola, quando demandada, manter ambiente escolar inclusivo em todos os seus aspectos, com reflexo na figura do professor e conseqüentemente na sala de aula, aqui trataremos das aulas de Geografia com estudantes cegos. Emergindo então questionamentos em como tem se dado a formação inicial dos professores de Geografia, mais especificamente ao emprego da Cartografia em específico com esse público.

Questionamentos como esses são, ou deveriam ser, comuns a docentes que não tiveram formação adequada para atuar com estudantes cegos, e logo de início, se tornam entraves que logo são seguidos de alto indagações desde como se se iniciam as buscas por recursos, metodologias, planejamento ou adequação de aulas que atendam de maneira satisfatória esse público.

Buscas essas que se fazem desafiadoras quando não se tem noção de como ou do que fazer para cooperar para a Inclusão Escolar em aulas de Geografia, ou seja, além de não se saber como conduzir uma aula de forma Inclusiva, as dificuldades já surgem bem antes, no planejamento ou busca por materiais adequados a cada demanda.

Isso pois, entendemos que a formação adequada é um dos mais importantes, quiçá o principal dos elos na adequação das escolas para se tornarem espaços educacionais efetivamente incisivos. Em relação à Geografia Escolar com a presença quase sempre constante da Cartografia, que aos estudantes cegos demanda além de recursos, metodologias adequadas.

Esses questionamentos quanto ao preparo, ou falta dele, durante a formação inicial para o ensino de Geografia com estudantes cegos, nos levaram a querer investigar como têm se dado a formação dos professores de Geografia pós a instituição da 13.146/2015, Lei Brasileira de

Inclusão da Pessoa com Deficiência-LBI, uma vez que nela há exigência de que o sistema educacional seja inclusivo, em todos os seus aspectos.

Assim, frente a problemática da Inclusão Escolar, e diante do papel do professor na efetivação desta no ambiente escolar, esta pesquisa teve como objetivo central analisar a presença da Cartografia Tátil na formação de professores nos cursos de Licenciatura em Geografia nos estados de Goiás e Pará, perante a promulgação da LBI o ano de 2015.

Para tanto, nos cursos de formação de professores de Geografia avaliados, analisamos seus PPCs quanto a presença ou não da Cartografia Tátil, em abordagens inclusivas ou enquanto conteúdo presente em disciplinas, abordando essa temática ou da Cartografia Escolar. Tudo isso pois, os cursos de formação inicial de professores devem proporcionar formação voltada à Inclusão em diversos aspectos, dentre eles a voltada ao público PcD. Como exemplo, podemos lembrar a própria Lei Brasileira de Inclusão, que prevê formação dos licenciados voltada ao atendimento futuro desse público.

Vale destacar, neste contexto, que os termos aqui utilizados para Pessoa com Deficiência - (PcD) têm como referência a LBI, onde é considerada PcD aquela pessoa que tem algum impedimento, de maneira mais permanente, quer seja de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial (BRASIL, 2015).

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 09).

E no caso das deficiências sensoriais, é que estão incluídas as pessoas com cegueira, as quais com esta pesquisa debruçamos nossos estudos sobre a formação inicial de professores de Geografia aptos à inclusão desse público em suas aulas, sobretudo por meio da utilização da Cartografia como ferramenta para inclusão.

METODOLOGIA

Inicialmente, através de pesquisa bibliográfica, realizamos contextualização situando a Inclusão Escolar e buscando diferentes abordagens e usos da Cartografia sob enfoque inclusivo em aulas de Geografia, bem como sobre a Formação Docente e prescrições oficiais que orientam a educação nacional, sob a perspectiva da Inclusão, perfazendo suporte bibliográfico para a discussão em questão.



Neste contexto, optou-se por pesquisar a formação de licenciados em Geografia em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, pois compreendemos que essas IES são a efetivação de parte das políticas públicas de educação formal, isso ao mesmo tempo em que são locais onde se projeta a efetivação de preceitos, criados pelo próprio Estado, para adequada formação de professores aptos à inclusão.

Vale destacar aqui, que dada a vasta imensidão do nosso país, e segundo dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC, existe³ em atividade um total de 460 cursos de Licenciatura em Geografia espalhados por todo Brasil, onde desses 234 são na modalidade presencial em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Partindo este contexto, selecionamos inicialmente cursos de Licenciatura em Geografia, na modalidade presencial, em IES públicas no âmbito federal e estadual, em atividade nos estados do Goiás e Pará, onde todo o levantamento e seleção dos cursos foi realizado por meio do Cadastro e-MEC, plataforma esta que reúne a base de dados oficial de todos os cursos e IES, independentemente de Sistema de Ensino.

Posteriormente à seleção, procedemos a realização de contato inicial com os dirigentes de cursos, contato esse que foi acompanhado da apresentação do projeto de pesquisa bem como da proposta de participação na mesma. Ainda nesse momento aos cursos que confirmaram aceite de participação, solicitamos disponibilização do PPC vigente para que pudéssemos então proceder as análises em questão.

Na sequência, na terceira etapa, a fim de compreender como tem se dado a organização, planejamento e abordagens, referentes aos desafios da Inclusão Escolar em aulas de Geografia, analisamos os PPCs dos cursos, com intuito observar tanto no geral, quanto especificamente na grade curricular, como a temática inclusão é abordada.

A fim de melhor organizar as análises dos PPCs dos cursos, seguiu-se um encadeamento, inicialmente a fim de identificar os marcos legais e as diretrizes do curso, com leitura das seções do texto referentes à inclusão, posteriormente, para identificar trechos ou núcleos que faziam alusão à Cartografia Tátil ou Inclusão, com buscas por palavras-chave e por fim análise das ementas que apresentaram tais temáticas.

Para isso buscamos de maneira ampla identificar como essa temática é abordada tanto na fundamentação e legislação presentes nos PPCs quanto buscamos por disciplinas que

³ Atualizado em 02/03/2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>

tiverem claras abordagens ao uso da Cartografia Tátil ou inclusão de pessoas cegas ou com baixa visão por meio da Cartografia.

Por fim com tais elementos em mãos, realizamos nossas análises a respeito da formação docente e preparo para acolher estudantes cegos ou com baixa visão em aulas de Geografia, bem como a projeção dos cursos de Licenciatura nos estados do Goiás e Pará, especialmente ao emprego da Cartografia como subsídio à Geografia Escolar, acerca dos desafios para se trabalhar, no contexto escolar, a ciência geográfica de modo inclusivo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia tem seu importante papel na escola e isso independe da condição individual dos estudantes. Portanto, é papel do professor mediar o processo de ensino e aprendizagem, adequando suas aulas a todos os estudantes, quer seja frente à necessidade de adequação de metodologias ou de recursos didáticos que contemplem as diferentes especificidades apresentadas.

Na escola, a Geografia tem gerando subsídios à compreensão de como a sociedade se organiza e da realidade a qual estamos inseridos, onde “o trabalho da educação geográfica na escola consiste em levar as pessoas em geral, os cidadãos, a uma consciência de espacialidade das coisas, dos fenômenos que elas vivenciam diretamente, ou não, como parte da história social” (CAVALCANTI, 2002, p. 12).

Neste sentido Castellar (2014) lembra que os saberes e experiências dos estudantes devem e são essenciais ao processo de ensino e aprendizagem, a autora nos adverte que:

Quando tratamos do processo de ensino e aprendizagem é interessante considerar a crescente complexidade que tem hoje esse tema. Neste sentido, o trabalho em sala de aula poderia se basear, entre outros aspectos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, no conhecimento prévio do aluno e na diversidade cultural que o caracteriza (p. 121).

Neste contexto ressalta-se também que o papel da Geografia Escolar, com sua capacidade de proporcionar formação do pensamento em que os alunos projetem o que é estudado à sua realidade cotidiana. Em relação ao lugar que as aulas de Geografia têm na vida de estudantes cegos ou com baixa visão, Silva (2019) nos lembra que:

Uma das funções da Geografia Escolar é subsidiar a formulação e compreensão de representações sobre o mundo na perspectiva socioespacial, sendo tais conhecimentos potencializados pela capacidade de imaginação dos sujeitos. No que diz respeito aos alunos com cegueira congênita, são imprescindíveis práticas que viabilizem a exploração do ambiente real, a interpretação e descrição de tais espaços e a acessibilização de linguagens,

recursos e metodologias adequados ao ensino e aprendizagem da Geografia (p. 98).

Para Cavalcanti (2010), é necessário desenvolver um modo de pensar geográfico, em que os alunos, ao lidarem com os signos e as representações que fazem parte dessa ciência, formem conceitos que instrumentalizem e facilite cada vez mais esse pensamento, e em se tratando de estudantes cegos ou com baixa visão isso se torna mais evidente.

Uma vez que esses conceitos devem permitir aos alunos, mesmo aqueles que não fazem uso da visão, ou o fazem com significativas limitações, localizarem-se e darem significados aos lugares e às relações sociais e culturais, na percepção espacial em sua realidade, e para os deficientes visuais essa relação com o espaço, vale lembrar, se dá, sobretudo sem o uso da visão ao longo de toda a vida⁴, e isso requer abordagens adequadas.

Nesse contexto, Chaves e Nogueira (2011) destacam que diferentes de nós, que fazemos o uso primordialmente da visão para reconhecimento dos espaços, os cegos ao fazerem a construção do seu próprio mundo, a fazem por meios auditivos, táteis e olfativas após sequência de percepções, e o que inicialmente se reduz ao seu corpo, no entanto com passar do tempo demanda de expansão.

Diante dessa maneira “ocularcêntrica” de ver o mundo, o ensino de Geografia se torna ainda mais importante quanto à representação do espaço geográfico, da paisagem. A partir do momento que lança mão de distintas e diferenciadas apresentações do espaço além do sentido da visão (CHAVES e NOGUEIRA, 2011, p. 281).

Vale ressaltar que, em aulas de Geografia, a apresentação do espaço geográfico e suas relações, aos estudantes cegos ou com baixa visão, deve se dar de maneira cautelosa, pois a apropriação dos espaços por pessoas com cegueira pode se apresentar, por vezes, mais importante que para pessoas videntes, pois o espaço tendo significado e com sua devida compreensão pelo aluno cego pode lhe conceder autonomia (CHAVES e NOGUEIRA, 2011).

Para Ventrini e Freitas (2011) o estudante cego ou com baixa visão não é apenas alguém visualmente prejudicado, entre outros, é alguém com habilidades sensoriais e psíquicas, e que o déficit visual não é exclusivamente o gerador dos fatores positivos ou negativos, estes são sobretudo gerados pela forma como a sociedade trata o indivíduo. Isso se torna ainda mais relevante quando o contexto, favorável ou não, se trata do ambiente escolar.

⁴ A maioria dos sujeitos cegos possui algum grau de visão funcional, o que nos casos graves, limita-se à visualização de vultos dos dedos, luzes, sombras ou movimentos de objetos. Entre o grau de visão funcional e a cegueira total existe uma linha de acuidade visual (FREITAS E VENTURINI, 2011, p. 43).

Do mesmo modo que as abordagens com estudantes cegos demandam alterações daquelas comumente feitas com estudantes videntes, onde tanto a relação professor estudante em sala de aula, quanto à forma de apresentar, abordar e sistematizar os conteúdos demandam diferenças de acordo com sensibilidade de cada estudante ou contexto a que estão inseridos.

Discutir a impotência espacial conduz reconhecer que a sistematização dos conhecimentos espaciais é indispensável ao sujeito com cegueira. Desta forma, ao se ponderar que a Geografia contribui de modo significativo para a elaboração de pensamentos espacial e geográfico, confere-se a essa ciência/disciplina um lugar de destaque no desenvolvimento cognitivo de alunos com cegueira (SILVA, 2019, p. 218).

E aí, mais uma vez retomamos a importância da formação adequada do professor de Geografia a fim de mediar o processo de ensino e aprendizagem por meio da Cartografia Tátil com estudantes cegos, uma vez que, refletindo nas escolas, ele é elo fundamental na efetivação tanto de aulas inclusivas, quanto da inclusão e acessibilidade escolar.

Corroborando no mesmo sentido, quanto ao papel do professor na escola, Khaoule (2012, p. 65) nos adverte lembrando que:

A concepção de professor como profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitando a sua diversidade buscando a formação plena cognitiva, efetiva e social suscita ao profissional docente: articular teoria e prática; aproveitar a experiência anterior do aprendiz; promover aprendizagens significativas – que tenham sentido para o estudante; desenvolver o pensamento crítico, propor o enfoque e atitude interdisciplinar, realizar o ensino com pesquisa. No entanto essas ações exigem dos professores a mobilização de alguns saberes: *saberes da experiência, saberes científicos, saberes pessoais, saberes pedagógicos*.

Neste contexto, o ambiente escolar ao se colocar inclusivo, deve proporcionar equidade de condições em todos seus espaços, sobretudo nas salas de aula, nesse caso aqui trataremos das de Geografia. Mas em se tratando de aulas inclusivas com pessoas cegas ou com baixa visão como fazê-lo? ou mesmo como fazê-lo sem ter formação adequada a tais abordagens?

Questionamentos como esses, em escolas de fato inclusivas, não deveriam de modo algum soarem como comuns a docentes, pois espaços como esses demanda sobretudo de docentes com formação adequada para atuar com estudantes cegos, aptos a transporem lacunas e entraves tanto na busca por recursos, materiais, metodologias, planejamento e adequação de aulas, para atendimento de acordo com as especificidades demandas pelos estudantes público alvo da Inclusão Escolar.

Pois compreendemos que para efetiva Inclusão Escolar além dos conhecimentos peculiares da área de formação, é demandado também conhecimentos específicos à inclusão no

processo de ensino e aprendizagem com estudantes cegos, principalmente, do professor de Geografia, na execução abordagens com materiais cartográficos táteis.

E conforme legislação vigente, o Estado, por meio dos cursos de formação inicial de professores, deve proporcionar formação voltada à Inclusão em diversos aspectos, dentre eles o público PcD, a exemplo podemos citar o texto presente na LBI, que além de antecipar a necessidade de ambiente adequado à recepção de PcD, prevê ainda formação dos licenciados voltada ao atendimento futuro desse público.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] VI – pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva; [...] XIV – Inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; (BRASIL, 2015, p. 19, 20, 21).

Nesse contexto é que ressaltamos a importância da Cartografia Tátil na formação inicial de professores de Geografia, e uma vez que nas escolas o professor é elo importantíssimo, e quando demandado a adequar o uso de mapas em suas aulas para atuar com estudantes cegos estes não sejam surpreendidos em como fazê-lo.

Notamos ainda que, a Cartografia ao representar fenômenos distribuídos na superfície terrestre, auxilia na compreensão de diversos conteúdos tanto na Geografia quanto em disciplinas como, Artes, História, Biologia, Sociologia, entre outras, que de forma diferente, sem o uso da Cartografia, tornam suas compreensões dificultosas, com ênfase maior àqueles que não fazem uso da visão.

Nesse sentido Carmo (2009) ao ponderar sobre importância interdisciplinar dos mapas, nos lembra que eles:

são instrumentos de análise e síntese de expressão nos processos de pesquisa e ação sobre qualquer território, propiciam a visualização de acontecimentos ou fenômenos no espaço geográfico, a localização de lugares e trajetos e tornam-se recursos didáticos nos processos de ensino e aprendizagem em todos os níveis escolares. Esta ampla possibilidade de utilização faz com que sejam aplicados em áreas muito diferentes, mas em todos os casos há uma missão específica: comunicar uma mensagem sinteticamente (CARMO, 2009, p. 36)

E é neste sentido que compreendemos também que o uso de recursos adequados para estudantes cegos possa dar sua maior contribuição, ao representarem a realidade, permitirem ser lidos por todos os estudantes e com o auxílio do professor, de maneira igual, possam buscar

a compreensão do que está sendo abordado em sala de aula, podendo então partir de experiências e interpretações próprias.

Dessa maneira a linguagem cartográfica, tanto na Cartografia convencional quando na Tátil, reafirma sua importância no cotidiano e na escola, pois seu emprego contribui para compressão e interpretação da distribuição de diversos fenômenos que ocorrem em nosso planeta, fenômenos esses que até podem ser descritos de outras formas, mas que são melhores representados cartograficamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista o recorte específico dessa pesquisa, as leituras dos textos dos PPCs não estiveram restritas à deficiência visual, isso no intuito além de identificar, de modo geral como é tratada essa questão, foi possível observar quais das diversas e distintas possíveis abordagens da inclusão, em sala de aula ou não, estão se fazendo presentes na formação inicial nesses cursos.

Dos PPCs fornecidos pelos dirigentes, o mais recente é de 2019 e o mais antigo é de 2011, já nos PPCs obtidos on-line, disponíveis nos sites das instituições, é o mais antigo, consta de 2009, e o mais recente é datado de 2019, aqui é importante destacar essas datas para contrapormos ao período de promulgação da LBI e suas preconizações no ano de 2015.

Quadro 04: Ano de Formulação do PPC do Curso

Estado	Ano
Goiás	
UFCAT - Catalão	2014
UFG – Goiânia	2015
UEG – Quirinópolis	
UEG – Formosa	
UEG – Itapuranga	
UEG – Porangatu	
UEG – Goiás	2016 ⁵
UEG – Anápolis	
UFJ – Jataí	
Pará	
UEPA	2009
UFPA - Altamira	2011
UFOPA - Santarém	2014
UFPA - Cametá	2014 e 2018 ⁶

⁵ O PPC do Jataí foi aprovado em 27 de dezembro de 2016, passando a vigorar para ingressantes a partir do ano de 2017.

⁶ O curso de Geografia na UFPA em Cametá havia passado por reformulação de PPC em 2018, no entanto ainda há turmas em curso com vigência no PPC anterior.



UNIFESSPA - Marabá	2016
IFPA – Belém	2017
UNIFESSPA - Xinguara	2019
IFPA - Bragança	
UFPA - Ananindeua	Sem Data/2017

Fonte: Dados da pesquisa. **Elaboração:** Autor (2022).

No entanto, resguardando quatro cursos, não foram encontradas menções diretas à inclusão de pessoas cegas por meio de métodos, técnicas, metodologias ou leituras voltadas para aulas de Geografia, nos quatro casos estão cursos com PPCs vigentes com no máximo 5 anos, e esses serão tratados a seguir.

O mesmo vale para destacar que ainda durante as leituras percebeu-se que os termos Inclusão, Inclusão Escolar ou PcD eram pouco ou nem mencionadas, ao longo das redações, por outro lado menções como Atendimento Educacional Especializado ou Educação Especial eram utilizados em referência à temática Inclusão, isso nos fez adicionar esses termos às palavras chave, o que de fato se comprovou posteriormente.

As análises feitas nos PPCs dos cursos nos mostraram que as principais citações, estão em capítulos sobre a Política de Inclusão Social do curso, como preconiza a resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - nº 1/2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs para a Formação para a atividade docente, preconiza que o projeto pedagógico de cada curso deve levar em conta a formação do professor leve em conta o conjunto das competências necessárias à atuação profissional (BRASIL, 2002).

No entanto, de maneira ampla pode-se observar que a inclusão nos PPCs está voltada majoritariamente para Inclusão Social, se fazendo direcionada à adequação do ambiente acadêmico e ao atendimento geral ao público PcD, levando em conta estrutura física, bem como faz distinção e previsões das possíveis diferenças entre PcD, assim como de adequações metodológicas quando o público for discente.

Ou seja, a inclusão está voltada para atendimento de PcD no ambiente acadêmico, mas à formação dos discentes não está contemplada, mesmo o próprio documento norteador prevendo isto, o que pode ser aprofundado quando observado a grade curricular, em todos os cursos tem LIBRAS como disciplina obrigatória, no entanto na maioria dos casos é a única que trata da temática inclusão, o que não atende plenamente o proposto à inclusão.

No contexto dessa pesquisa, percebemos que discussões como estas se fazem de grande valia para formação docente, pois quando falamos de Inclusão Escolar em aulas de Geografia por meio da Cartografia Tátil, tende-se a tratar da fusão da inclusão, da Cartografia e da acessibilidade, cada uma com diversas e distintas possibilidades, e devem ser construídas

levando em consideração especificidades, saberes e formação prévia dos estudantes PcD e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo pudemos compreender que a formação de professores na maioria dos cursos de Licenciatura em Geografia analisados, nos estados de Goiás e Pará, tem se apresentado deficitária quando estes cursos são analisados sob a ótica da inclusão de estudantes cegos, não somente no atual contexto, já passados 07 anos da instituição da LBI, mas também desde antes da promulgação da referida lei.

De tal modo que nas escolas isso pode prontamente se materializar em forma de barreiras ao processo Inclusão Escolar e, conseqüentemente também ao processo de ensino e aprendizagem com alunos cegos, assim que os esses professores, sem formação inicial adequada, se veem diante dessas demandas de trabalho, quer seja pela falta de conhecimento em como lidar com a temática em si ou da Cartografia Tátil como linguagem possível.

Por fim, para este momento, cabe destacar que de todos os cursos analisados, exclusivamente quatro deles citam em seus PPCs tanto LBI enquanto Norte ao embasamento da temática em questão, para além da disciplina LIBRAS. Cabendo destaque ainda ao fato que esses quatro cursos, tem atualização de seus PPC's a partir de 2016, pós instituição da LBI, com isso podemos inferir que há tendência, nos cursos atualizados mais recentemente, em buscar atendimento às demandas de Inclusão nos moldes que preceituam a referida lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 01/2002**, Brasília, 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20/05/2021.

BRASIL, Lei Federal n. 13.146 de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 20/12/2018.

CARMO, W. R. do. **Cartografia Tátil Escolar: experiências com a construção de materiais didáticos e com a formação continuada de professores**. São Paulo, 2009. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia, USP, 2009.



CASTELLAR, S. V. A Cartografia e a Construção do Conhecimento em Contexto escolar. In: **Novos Rumos da Cartografia Escolar: Currículo, linguagem e Tecnologia**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CAVALCANTI, L. S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, L. de S. Ensino de Geografia e Diversidade Construção de Conceitos Geográficos Escolares e Atribuição de Significados pelos Diversos Sujeitos de Ensino, In: CASTELLAR, S. (org.) **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. 2 ed., 2a reimpressão. São Paulo: Contexto. 2010

CHAVES, A. P. N.; NOGUEIRA, R. E. **Os Desafios do Professor Frente o Ensino de Geografia e a Inclusão de Estudantes Cegos**. In: Boletim de geografia. Maringá-PR, v. 29, n. 01, p. 5-16, 2011.
Ventorini e Freitas (2011)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar. Brasília - DF, 2020. Disponível em:
><https://pocdspace.inep.rnp.br/handle/20.500.12401/58><. Acesso em: 03/032022.

KHAOULE, A. M. K. O Estagio Supervisionado e Suas Contribuições na Formação do Professor de Geografia. In: Bento, P. B. e Oliveira, K. A. T. de, (Orgs). **Formação de Professores: Pesquisa e prática pedagógica em geografia**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

SILVA, F. G. D. **O que os olhos não veem a linguagem esclarece: contribuição da mediação semiótica à elaboração do raciocínio geográfico pelo aluno com cegueira congênita**. 2019. 335 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

VENTORINI, S. E. ; FREITAS, M. I. C. . Representação espacial e ausência da visão: relato de experiência. In: Freitas, M.I.C; Ventorini, S.E. (Org.). **Cartografia tátil orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual**. : , 2011, v. 1, p. 29-59.